



DA CRÍTICA E DA MORTE: OS PROCEDIMENTOS DE SABER SOB O FOGO DA ESCRITA

ON THE CRITICISM AND DEATH: THE PROCEDURES OF KNOWLEDGE UNDER THE WRITING FIRE

Elson de Assis Rabelo *

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

elson_rabelo@hotmail.com

A escrita elegante, a ironia por vezes direta, a segurança teórica, essas são algumas das marcas dos trabalhos do historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior, que tem feito importantes intervenções em diversas áreas do campo historiográfico, como a teoria da história e a historiografia, a história dos espaços e das identidades espaciais, do gênero e, ultimamente, das categorias do folclore e da cultura popular.

O mais recente livro de Durval, “**O morto vestido para um ato inaugural**”¹ – grafado assim mesmo com aspas, para fazer referência ao trecho do poema de João Cabral de Melo Neto que inspira o título –, é como que o coroamento de suas recentes pesquisas sobre a obra dos folcloristas e sobre as operações políticas, epistemológicas e culturais efetuadas por essas figuras de saber. Depois de uma série de artigos e de um livro anterior sobre a temática,² o historiador se detém, neste volume, sobre oito procedimentos específicos de tais estudos, de acordo com os quais são organizados os

* Doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

¹ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. “**O morto vestido para um ato inaugural**”: procedimentos e práticas dos estudos de folclore e de cultura popular. São Paulo: Intermeios, 2013.

² Id. **A feira dos mitos**. A fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste – 1920-1950). São Paulo: Intermeios, 2013.

capítulos, a saber: a escrituração, a atribuição de autoria, a territorialização, a classificação, a historicização, a censura, a urbanização e a folclorização.

Dentre os vários méritos do livro, está a contribuição conceitual e historiográfica para o pensamento e as práticas sobre as culturas dos agentes sociais subalternos, e nesse sentido, também numa continuidade em relação à publicação anterior, o autor lança possíveis termos substitutivos à naturalização que se tornou tão comum do conceito de cultura popular. Ao falar de “matérias e formas de expressão” ou “práticas semióticas” dos grupos subalternos, o autor enfatiza, sob outra perspectiva teórica, as dimensões expressivas e semióticas das manifestações religiosas e festivas, dos cantos, palavras, narrativas e demais artefatos que tanto despertaram a atenção dos estudiosos filhos das elites, e que se tornaram objeto de seus procedimentos de saber.



Diante da contribuição seminal da obra, que desloca os conceitos desgastados e nos desafia ao exercício de renomear o mundo, os objetos e as práticas sobre as quais nos debruçamos, enquanto historiadores, gostaríamos, entretanto, de esboçar duas problematizações sobre determinados aspectos e provocações que o livro lança, quais sejam: 1) o destaque dado à palavra escrita; 2) o alcance da crítica conceitual proposta, para além do campo do folclore.

A primeira provocação surge no capítulo sobre o procedimento da escrituração, para cuja análise Durval Muniz convoca uma série de referências teórico-metodológicas de peso que desnaturalizaram o gesto da escritura e as tentativas de inserção das práticas sociais na palavra escrita. Na esteira de Michel Foucault e de sua crítica do funcionamento dos enunciados, em seus trabalhos o autor tem costumado abordar os

documentos, em geral, como *discurso*, inclusive as obras de arte e demais vestígios visuais,³ privilegiando, assim, determinadas indagações e as chaves de leitura que lhes possam responder. A palavra escrita é, desse modo, o centro de sua atenção, o principal alvo de sua crítica, o que lhe tem franqueado fazer ampla discussão sobre a própria prática do historiador. No entanto, será que o privilégio dado ao discurso escrito, no mais recente livro de Durval Muniz, reproduz o lugar comum da tradição ocidental segundo o qual a escritura aloja e prefigura a morte? Teria a crítica radical aos procedimentos folclorizantes chegado às raias de certa desconfiança sobre o que pode o ato de escrever?

Nesse sentido, o autor nos remete ao debate filosófico iniciado por Platão, quando este especulava sobre os efeitos da escrita, de acordo com o vocábulo grego *pharmakon*, vazado em nossos idiomas, ambígua e simultaneamente, como “veneno” e “remédio”. E, assim como os folcloristas são criticados por não submeterem a um filtro crítico os enunciados racialistas, autoritários e conservadores que escolhem para fazer citações, a problemática de Platão não é questionada em si mesma, apesar das citadas contribuições críticas de Paul Ricoeur e de Jacques Derrida. O autor diz que se tomar “a sério” a indagação platônica, o que pode ser encontrado nas transferências do oral ao escrito são mutilações da memória, por parte dos folcloristas. Em que pese o aspecto situado, interpretativo e, portanto, parcial dessas transferências, parece não haver, todavia, uma mediação necessária, na análise, que indique que as respostas aventadas por Platão foram fundadoras do pensamento metafísico, que é rejeitado pelos famosos comentadores. Nem Ricoeur nem Derrida nos parecem aceitar a provocação platônica incólume, porque, por mais estimulante que possa ser – vinda de um eminente escritor –, ela desvaloriza a dimensão imanente da vida, da produção cultural, da linguagem e da memória. Do ato de usar a inquietação platônica para fazer a importante crítica da escritura dos folcloristas, Durval Muniz nos conduz, no entanto, a uma suspeita geral sobre as práticas de documentação, o que apresenta várias implicações para o trabalho do historiador.⁴

³ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 3. ed. São Paulo / Recife: Contexto / FJN, 2006, p. 30.

⁴ Id. **“O morto vestido para um ato inaugural”**: procedimentos e práticas dos estudos de folclore e de cultura popular. São Paulo: Intermeios, 2013, p. 38, passim.

Tal suspeita ganha outros contornos: a rejeição da crítica mais acurada da imagem, no livro de um autor que é também um formidável leitor de Roland Barthes, o mestre da semiologia da imagem. Fotografias como as do folclorista Leonardo Mota ou do jornalista Nery Camello são rapidamente descritas no livro, parecendo fervilhar debaixo da análise que as encobre – ou como diria o filósofo e historiador Georges Didi-Huberman, a imagem *arde* sob os discursos, porque não surge necessariamente num circuito social para confirmar o escrito. O leitor pode se perguntar: teriam essas fotos sido produzidas sob o gênero do retrato posado? Ou do flagrante jornalístico? Quais as referências visuais, técnicas, documentais de quem as produziu? Dentre os procedimentos de fabricação que presidiram a prática daqueles estudiosos, a *visualização* não seria mais um deles, por seus poderes cognitivos, pela retórica proposta para as imagens e pelos sentidos de que elas puderam ser investidas, enquanto suporte das relações sociais?

Sem dúvida, dita visualização não se daria apenas por meio da fotografia, tendo em vista que as práticas de museificação, em si mesmas, são fundadas por gestos que trazem ao olhar, e não apenas à escrita, determinados artefatos, a partir daquilo que é compreendido como sendo a cultura e os vestígios que lhe dizem respeito.⁵ O próprio Câmara Cascudo, um dos folcloristas analisados, se referiu a cantadores “nos microfones disputados, presentes nos palcos dos grandes teatros, [...], dando entrevistas, sendo fotografados, filmados, exibidos em televisão”,⁶ de acordo com o procedimento que Durval Muniz chama de urbanização e que, como se pode notar, deixou outros vestígios além do escrito. Assim como os documentos escritos merecem uma análise sem concessões, caberia, para esses outros documentos, um inventário e uma abordagem mais pormenorizados, que respeitasse sua economia, seu funcionamento complexo, sua não-obviedade.⁷

⁵ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Vendo o passado: representação e escrita da história. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo. n. sér. v. 15, n. 2, p. 11-30, Jul-Dez. 2007.

⁶ CASCUDO, Luís da Câmara. Prefácio a MOTA, Leonardo. Cantadores. Citado em ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. “**O morto vestido para um ato inaugural**”: procedimentos e práticas dos estudos de folclore e de cultura popular. São Paulo: Intermeios, 2013, p. 224.

⁷ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: ANPUH/HUMANITAS, v. 23, n. 45, p. 17, jul. de 2003; DIDI-HUBERMAN, Georges. **Imagens apesar de tudo**. Lisboa: KKYM, 2012, p. 148. (Coleção Imago)

Ironicamente, o mesmo Platão que escrevia suspeitando da escrita desconfiava também das imagens, tidas como cópias imitativas das sombras visíveis constituintes do mundo das aparências. As imagens seriam, para o pensador grego, outros tantos efeitos enganadores de ilusão que afastavam ainda mais o pensamento da anamnese, através da qual se chegaria ao conhecimento verdadeiro. Figura do devir, a imagem nos apartaria inelutavelmente da memória, esse núcleo originário da experiência. E, aqui, o perigo do platonismo parece acenar outra vez, no livro em discussão. Em trecho que menciona, de modo genérico, o registro das práticas culturais populares por folcloristas, produtores culturais e historiadores, do passado e do presente, Albuquerque Jr. nos diz:

Registrar em vídeo ou gravar a apresentação de um maracatu de baque virado não é apenas evitar seu esquecimento, pois se ele um dia desaparecer na prática concreta de seus brincantes, aquela gravação será apenas um eco *deformado* de sua existência, e se os praticantes o continuarem a levar na prática, com o tempo o modificarão de tal forma, que aquele registro será uma mera lembrança fóssil de sua existência.⁸ [Destaque nosso]

Grifamos, aqui, a palavra “deformado” porque ela nos parece ter desdobramentos epistemológicos consideráveis. Sem dúvida, várias conclusões a que Durval Muniz chega merecem atenção por nos sugerirem cautela no que diz respeito à relação entre os conceitos, os pressupostos e as demarcações de lugares e posicionamentos sociais a que não se pode descurar na investigação sobre as práticas culturais e seus agentes. E, no entanto, ao estender sua crítica para a “maioria, se não todas” as práticas de registro, não estaria nosso autor inviabilizando a criação de imagens sobre a produção semiótica de determinados grupos sociais, apesar da *mea culpa* proposta nas páginas finais do livro? Ao invés do rigor negativo de uma “deformação”, as imagens documentais criam novas *formas* de visualização e interação com os públicos, pela consideração mesma de que o registro é uma mediação, que não precisa ter pretensão a uma idealizada fidelidade para com seus referentes.⁹ Para ficar com um exemplo, o gênero do documentário tem admitido, contemporaneamente, sua dimensão ficcional, que vai do roteiro às expectativas de quem vê o produto final.¹⁰

⁸ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. “O morto vestido para um ato inaugural”: procedimentos e práticas dos estudos de folclore e de cultura popular. São Paulo: Intermeios, 2013, p. 73.

⁹ BARBERO-MARTÍN, Jesús. *Dos meios às mediações*. Comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

¹⁰ ODIN, Roger. Filme documentário, leitura documentarizante. *Significação*, São Paulo: USP, ano 39, n. 37, 2012.

Por outro lado, na medida em que as releituras dos documentos, seus deslocamentos de sentido pela sociedade e pelos historiadores, o recuperam para incomodar o presente, esses registros se tornam mais do que fósseis, mais do que vida petrificada e imobilizada. Os textos mesmos dos folcloristas não podem ser considerados, antes, como aquelas pedras vulcânicas usadas na culinária, as quais, levadas ao forno ou servindo para fazer panelas, ajudam a preparar determinados alimentos, ainda que seja necessário apurar o paladar para saber fazer distinções? A leitura provocadora de Durval Muniz é, ela mesma, esse calor que atíça e aviva documentos até mesmo considerados abandonados pelos campos de saber, como os livros de folclore, revelando-nos em que medida as práticas e dizeres do presente ainda lhes são devedores.

O privilégio dado pelo autor à escrita também nos põe diante de certa generalização a respeito de práticas como o trabalho investigativo com a oralidade e, novamente, sua relação com a memória. E, aqui, vemos desencadeada a discussão sobre o tema da morte, que comparece desde o título do livro e, decerto, não é gratuita, considerando a ampla discussão epistemológica e ética que é escavada. A análise que Albuquerque Jr. faz da distância tomada pela escrita em relação à oralidade, no cerne da pretensão realista dessa mesma operação, por vezes termina por reificar uma memória intocável, repousada no chamado “arquivo” da oralidade, quando, por outro lado, haveria outras formas de elaboração da memória próprias à escrita, a qual, no livro, tende a aparecer como maquinaria vazia, pura estratégia de denegação dos agentes subalternos por parte dos folcloristas – o próprio autor havia analisado, a partir de Gilles Deleuze e Walter Benjamin, grandes leitores de Proust, a complexidade das estratégias escritas da memória.¹¹

Se um dos méritos do livro é explicitar o funcionamento desse discurso ardiloso, insuspeito, queixoso, que é o folclore, entendemos que a crítica da escrita não pode ser transposta, sem mais mediações, a todos aqueles que lidam com depoimentos orais e com a problematização da memória, como no dizer de Durval, a respeito dos “apaixonados amantes da história oral”.¹² Isso, afirmamos, em dois sentidos: primeiro,

¹¹ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Violar memórias e gestar a História. In: _____. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru: EDUSC, 2007. p. 199-209.

¹² Id. **“O morto vestido para um ato inaugural”**: procedimentos e práticas dos estudos de folclore e de cultura popular. São Paulo: Intermeios, 2013, p. 62.

porque a delicada questão da morte anunciada e frequentemente abrigada pela escrita – como acontece com a morte registrada, cultivada e banalizada pelos regimes políticos de força –, pode, ao menos, ser problematizada pela dimensão do *testemunho*, eticamente colocada pelos estudiosos que sabem que essa categoria não surge necessariamente, nos depoimentos, para ser “resgatada” como eco do real,¹³ segundo, e na mesma trilha do testemunho, porque, à revelia do que tem dito nosso autor – que a História escrita deve estar sempre numa relação “violenta” com a memória –, e talvez levando em consideração sua própria contribuição,¹⁴ os historiadores contemporâneos que lidam com a oralidade não se entendem tão ingênuos a ponto de pretender dar, ao passado e a seus atores, uma voz espontânea e sem intermediações, propondo, ao contrário, o cotejamento das versões do passado e de sua implicação recíproca.¹⁵ Como a história e a memória, a paixão e a crítica não nos parecem ser sempre inimigas.

Com isso, já adentramos na segunda provocação feita pelo livro, isto é, sobre o alcance da crítica feita aos folcloristas do passado em direção aos desdobramentos possíveis na produção cultural, acadêmica e historiográfica do presente. No que se refere às práticas de monumentalização e museificação, a abordagem do autor é minuciosa e, desejaríamos, alvissareira, para a superação de determinados conceitos e formas de lidar com os artefatos culturais. No que diz respeito à produção acadêmica, entendemos que esse movimento do pensamento mereceria mais atenção, pois, se não estamos enganados, o surgimento dos historiadores brasileiros que começaram a tomar o “popular”, suas formas e matérias de expressão como objeto historiográfico a partir de novas referências, como o chamado marxismo revisitado, coincidiu temporalmente com a crítica que as Ciências Sociais vinham fazendo sobre as mesmas categorias conceituais do popular – e aí, as referências a textos hoje clássicos de Renato Ortiz e Néstor García Canclini são fundamentais. No entanto, talvez a demora no diálogo com tais autores das áreas vizinhas tenha eventualmente levado os historiadores a insistirem

¹³ GAGNEBIN, Jeanne-Marie. Morte da memória, memória da morte. In: _____. **Sete aulas sobre linguagem, memória e história**. Rio de Janeiro: Imago, 2005. p. 45-65; SELIGMANN-SILVA, Márcio. Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento. In: _____. (Org.). **História, memória, literatura**. Campinas: UNICAMP, 2003. p. 59-88.

¹⁴ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Violar memórias e gestar a História. In: _____. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru: EDUSC, 2007, p. 229-234.

¹⁵ Ver, por exemplo, ALBERTI, Verena. “Narrativas pregnantes” como “jogos de linguagem”: possibilidades da história oral à luz da teoria da Linguagem de Wittgenstein. **História Oral**, Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral, v. 11, n. 1-2, Jan-Dez. 2008.

em categorias como “cultura popular”, ou na leitura dos livros de folclore sem uma crítica específica a seus conceitos.

E, no entanto, na medida em que um autor como Reinhart Koselleck, referência para a história dos conceitos proposta por Durval Muniz, sugere a possibilidade de uma transformação diacrônica nos usos das categorias conceituais, não caberia, igualmente, uma análise historiográfica mais delicada para com os trabalhos dos pares, que não corra o risco de sufocá-los no ingrato saco da farinha tradicionalista dos folcloristas?¹⁶ Diante da herança difusa do marxismo, que o autor pontua nos trabalhos de seus colegas, dos lugares institucionais, das práticas documentais diferentemente sistematizadas, de distintos problemas de pesquisa que levaram à abordagens também distintas dos vestígios – isto é, diante de tudo o que compõe uma escrita profissional da história, com os requisitos levantados por Michel de Certeau –, não parece plausível esticar os resultados da análise sobre os folcloristas para os historiadores, sem pensar na possível transformação diacrônica ocorrida no trânsito epistemológico do conceito de cultura popular. Agora que se propôs o enterro do defunto do folclore, urge uma crítica propriamente historiográfica do conceito, como o autor mesmo sugerira em seu livro anterior.¹⁷

Um sinal desse alcance um tanto limitado da crítica proposta pelo livro nos parece, por fim, a ausência de problematização da categoria da etnografia, reivindicada por alguns folcloristas, como Câmara Cascudo, e, como sabemos, tida como metodologia de pesquisa fundante para a moderna Antropologia, a qual, se estabeleceu no mundo acadêmico em grande medida superando o folclore. A categoria nos acena um intrigante exemplo de transformação diacrônica sem que o termo tenha se modificado, pelo contrário, tendo se mantido, apesar das críticas sofridas e das diferentes acepções com que foi tomado, para além da suposta transparência epistemológica da escrituração e considerando a relação de poder estabelecida pela prática.¹⁸ No interior desse campo de saber, Nicole Belmont já havia indicado, ainda nos

¹⁶ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. “O morto vestido para um ato inaugural”: procedimentos e práticas dos estudos de folclore e de cultura popular. São Paulo: Intermeios, 2013, p. 177; 244-245, passim.

¹⁷ Id. **A feira dos mitos**. A fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste – 1920-1950). São Paulo: Intermeios, 2013, p. 90.

¹⁸ CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: _____. **A experiência etnográfica**. Antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008, p. 17-58.

anos 1980, a dívida não paga dos antropólogos aos folcloristas, vistos como seu passado pré-científico e vergonhoso.¹⁹

A obra de Durval Muniz vem atualizar essa discussão para o campo do folclore brasileiro, revirando seus enunciados desde dentro, e não apenas a atuação institucional ou política dos folcloristas em sociedade. Como facho luminoso sobre a densidade desses enunciados, a leitura deixa clareiras abertas ao nosso exercício de pensamento e investigação.

RESENHA RECEBIDA EM 03/05/2014. PARECER DADO EM 15/09/2014



www.revistafenix.pro.br

¹⁹ BELMONT, Nicole. O Folclore reprimido, ou as seduções do arcaísmo. (Tradução de Céline Spinelli). **Enfoques**, Revista dos alunos do PPGSA-UFRJ, v.10, n. 1, p. 137-144, Maio 2011. Disponível em: <<http://www.enfoques.ifcs.ufrj.br/~enfoques/>>. Acesso em: 07 Abr. 2014.